



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 28

SEXTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 6ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE JULHO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 15 horas, destinada à apreciação do Projeto de Resolução nº 2/92-CN, em virtude dos trabalhos da Comissão Mista que aprecia a matéria não estarem concluídos até o presente momento.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 7ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE JULHO DE 1992

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO BENEDITO DE FIGUEIREDO — Anúncio de sua desfiliação do PFL.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE — Manchete de O Globo de hoje, intitulada "Fantasma de PC pagou carro de Collor".

DEPUTADA SANDRA STARLING — Repúdio ao fim da vinculação da dotação orçamentária para fins de ensino no Brasil proposta na reforma fiscal do Presidente Fernando Collor.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Data do colono e do motorista.

DEPUTADO PINHEIRO LANDIM — Prisão e espancamento de partidários do candidato do PMDB à Prefeitura de Fortaleza.

DEPUTADO AGOSTINHO VALENTE — Assunto tratado pelo Sr. Chico Vigilante na presente sessão.

DEPUTADO ULDURICO PINTO — Atentado à bomba contra a Rede Sul de Comunicação de Teixeira de Freitas — BA.

DEPUTADO ABELARDO LUPION — Preocupações com os rumos do denuncialismo que impera no País. Defesa do Senador Henrique Almeida, a propósito de críticas contra ele formuladas pelo Deputado Paulo Ramos.

DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ — Considerações sobre o Projeto de Resolução nº 2/92-CN, objeto da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADA MARIA LUIZA FONTENELLE, pela ordem — Ocupação da Superintendência do Incra de Fortaleza pelos sem-terra vindos do interior do Estado do Ceará IX Conferência Nacional de Saúde.

DEPUTADO EVALDO GONÇALVES — 80º aniversário da publicação do livro "Eu", de autoria de Augusto dos Anjos.

DEPUTADO OTTO CUNHA — Extensão ao setor privado do escalonamento dos débitos com a Previdência Social. Projeto de lei que formalizará junto à Mesa, concedendo às empresas privadas condições de resgate de suas dívidas junto ao INSS em até 5 anos.

DEPUTADO FREIRE JÚNIOR — Reforma fiscal e tributária.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 2/92-CN, que delega poderes ao Poder Executivo para legislar sobre revisão e instituição de gratificações de atividade dos servidores do Poder Executivo, civis e militares, com o fim específico de assegurar a isonomia do § 1º do art. 39 da Constituição Federal. Votação adiada por 48 horas, nos termos do Requerimento nº 82/92-CN, aprovado nesta oportunidade.

2.4 — Comunicações da Presidência

— Convocação de Sessão Conjunta, a realizar-se na próxima terça-feira, dia 28 do corrente, com Ordem do Dia que designa.

— Convocação de sessão extraordinária do Senado Federal, a realizar-se hoje às 17 horas e 30 minutos.

2.5 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 6ª Sessão Conjunta, em 23 de julho de 1992

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Alexandre Costa – Alfredo Campos – Aluizio Bezerra – Amazonino Mendes – Antonio Mariz – Áureo Mello – Beni Veras – Carlos De'Carli – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Elcio Álvares – Esperidião Amin – Epitácio Cafeteira – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves – Gerson Camata – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Hydekel Freitas – João Calmon – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Paulo Bisol – José Sarney – Julio Campos – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – PTB; Avenir Rosa – PDC; João Fagundes – PMDB; Júlio Cabral – Bloco; Marcelo Luz – PTR; Rubem Bento – Bloco.

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Eraldo Trindade – Bloco; Lourival Freitas – PT; Valdenor Guedes – PTR.

Pará

Alácid Nunes – Bloco; Domingos Juvenil – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Giovanni Queiroz – PDT; Hilário Coimbra – PTB; Osvaldo Melo – PDS.

Amazonas

Beth Azize – PDT; Euler Ribeiro – PMDB.

Rondônia

Carlos Camurça – PTR; Edison Fidélis – PTB; Maurício Calixto – Bloco; Nobel Moura – PTR; Pascoal Novaes – Bloco; Reditário Cassol – PTR.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; João Maia – Bloco; Mauri Sérgio – PMDB; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva – PMDB; Freire Júnior – Bloco; Hagahús Araújo – PMDB; Melquíades Neto – PDC; Osvaldo Reis – PTR.

Maranhão

Cid Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – PTR; Daniel Silva – PDS; João Rodolfo – PDS; José Burnett – Bloco; José Carlos Sabóia – PSB; Pedro Novais – PDC.

Ceará

Aécio de Borba – PDS; Antônio dos Santos – Bloco; Ariosto Holanda – PSB; Carlos Virgílio – PDS; Etevaldo Nogueira – Bloco; Gonzaga Mota – PMDB; José Linhares – PSDB; Marco Penaforte – PSDB; Maria Luiza Fontenele – PSB; Moroni Torgan – PSDB; Orlando Bezerra – Bloco; Pinheiro Landim – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Vicente Fialho – Bloco.

Piauí

Ciro Nogueira – Bloco; Felipe Mendes – PDS; Jesus Tajra – Bloco; João Henrique – PMDB; José Luiz Maia – PDS; Mussa Demes – Bloco; Paes Landim – Bloco.

Rio Grande do Norte

Flávio Rocha - PL.

Paraná

Adauto Pereira - Bloco; Efraim Morais - Bloco; Evaldo Gonçalves - Bloco; Francisco Evangelista - PDT; Ivandro Cunha Lima - PMDB; José Luiz Clerot - PMDB; José Maranhão - PMDB; Lúcia Braga - PDT; Rivaldo Medeiros - Bloco; Robson Paulino - PMDB.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro - PSB; Fernando Bezerra Coelho - PMDB; Gilson Machado - Bloco; Inocêncio Oliveira - Bloco; José Moura - Bloco; José Múcio Monteiro - Bloco; Luiz Piauhyllino - PSB; Mavíael Cavalcanti - Bloco; Miguel Arraes - PSB; Pedro Corrêa - Bloco; Renildo Calheiros - PC do B; Ricardo Heráclio - Bloco; Roberto Freire - PPS; Roberto Magalhães - Bloco; Wilson Campos - PMDB.

Alagoas

Augusto Farias - Bloco; Cleto Falcão - Bloco; José Thomaz Nonô - PMDB; Luiz Dantas - Bloco; Olavo Calheiros - PMDB; Vitório Malta - PDS.

Sergipe

Benedito de Figueiredo - Bloco; Cleonânio Fonseca - Bloco; Djenal Gonçalves - PDS; Everaldo de Oliveira - Bloco; Jerônimo Reis - Bloco; José Teles - PDS; Messias Góis - Bloco; Pedro Valadares - PST.

Bahia

Aroldo Cedraz - Bloco; Benito Gama - Bloco; Beraldo Boaventura - PDT; Clóvis Assis - PDT; Félix Mendonça - PTB; Geddel Vieira Lima - PMDB; Genebaldo Correia - PMDB; Jairo Azi - PDC; Jairo Carneiro - Bloco; João Almeida - PMDB; João Alves - PDS; Jonival Lucas - PDC; José Falcão - Bloco; José Lourenço - PDS; Leur Lomanto - Bloco; Luiz Moreira - PTB; Manoel Castro - Bloco; Ribeiro Tavares - PL; Sérgio Brito - PDC; Sérgio Gaudenzi - PDT; Tourinho Dantas - Bloco; Uldurico Pinto - PSB; Waldir Pires - PDT.

Minas Gerais

Agostinho Valente - PT; Aracely de Paula - Bloco; Armando Costa - PMDB; Camilo Machado - Bloco; Elias Murad - PSDB; Fernando Diniz - PMDB; Genésio Bernardino - PMDB; Humberto Souto - Bloco; Israel Pinheiro - PRS; João Rosa - Bloco; José Aldo - PRS; José Belato - PMDB; José Geraldo - PMDB; José Santana de Vasconcelos - Bloco; José Ulisses de Oliveira - PRS; Lael Varella - Bloco; Neif Jabur - PMDB; Odelmo Leão - Bloco; Paulo Romano - Bloco; Romel Anísio - Bloco; Samir Tannús - PDC; Sandra Starling - PT; Sérgio Naya - PMDB; Tilden Santiago - PT; Vittorio Mediolí - PSDB; Wagner do Nascimento - Bloco.

Espírito Santo

João Baptista Motta - PSDB; Nilton Baiano - PMDB; Rita Camata - PMDB.

Rio de Janeiro

Artur da Távola - PSDB; Carlos Alberto Campista - PDT; Cidinha Campos - PDT; Flávio Palmier da Veiga -

Bloco; Jair Bolsonaro - PDC; Junot Abi-Ramia - PDT; Lysâneas Maciel - PDT; Miro Teixeira - PDT; Roberto Campos - PDS; Sérgio Arouca - PPS; Simão Sessim - Bloco; Vladimir Palmeira - PT.

São Paulo

Alberto Haddad - PMDB; Aldo Rebelo - PC do B; Beto Mansur - PDT; Cardoso Alves - PTB; Cunha Bueno - PDS; Diogo Nomura - PL; Eduardo Jorge - PT; Ernesto Gradella - PT; Gastone Righi - PTB; Hélio Rosas - PMDB; José Genofino - PT; Jurandyr Paixão - PMDB; Koyu Iha - PSDB; Marcelo Barbieri - PMDB; Osvaldo Stecca - PMDB; Roberto Rollemberg - PMDB; Robson Tuma - PL; Tadashi Kuriki - Bloco; Ulysses Guimarães - PMDB; Walter Nory - PMDB.

Mato Grosso

João Teixeira - PL; Jonas Pinheiro - Bloco; Rodrigues Palma - PTB; Wellington Fagundes - PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho - PPS; Benedito Domingos - PTR; Chico Vigilante - PT; Eurides Brito - PTR; Maria Laura - PT; Osório Adriano - Bloco.

Goiás

Antônio de Jesus - PMDB; Antonio Faleiros - PSDB; Délio Braz - Bloco; João Natal - PMDB; Lázaro Barbosa - PMDB; Lúcia Vânia - PMDB; Maria Valadão - PDS; Mauro Borges - PDC; Paulo Mandarin - PDC; Pedro Abrão - PTR; Ronaldo Caiado - Bloco; Virmondes Cruvinel - PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo - Bloco; Flávio Derzi - Bloco; José Elias - PTB; Nelson Trad - PTB; Waldir Guerra - Bloco.

Paraná

Abelardo Lupion - Bloco; Antônio Barbara - Bloco; Basílio Villani - PDS; Carlos Scarpelini - PST; Delcino Tavares - PST; Edi Siliprandi - PDT; Élio Dalla-Vecchia - PDT; Flávio Arns - PSDB; Ivânio Guerra - Bloco; Joni Varisco - PMDB; Luiz Carlos Hauly - PST; Munhoz da Rocha - PSDB; Otto Cunha - Bloco; Renato Johnsson - Bloco; Romero Filho - PST; Rubens Bueno - PSDB; Said Ferreira - PMDB.

Santa Catarina

Ângela Amin - PDS; Eduardo Moreira - PMDB; Hugo Biehl - PDS; Nelson Morro - Bloco; Neuto de Conto - PMDB; Renato Vianna - PMDB; Ruberval Pilotto - PDS; Vasco Furlan - PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT; Adroaldo Streck - PSDB; Adylson Motta - PDS; Aldo Pinto - PDT; Amaury Müller - PDT; Arno Magarinos - Bloco; Carlos Azambuja - PDS; Celso Bernardi - PDS; Eden Pedroso - PDT; Fernando Carrion - PDS; Fetter Júnior - PDS; Ivo Mainardi - PMDB; João de Deus Antunes - PDS; Nelson Jobim - PMDB; Nelson Proença - PMDB; Odacir Klein - PMDB; Osvaldo Bender - PDS; Raul Pont - PT; Telmo Kirst - PDS; Victor Faccioni - PDS; Wilson Müller - PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 260 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

A Presidência esclarece aos Srs. Congressistas que esta sessão foi convocada para apreciação de projeto de resolução referente a lei delegada. Entretanto, a comissão incumbida de examinar a proposição ainda se acha reunida, examinando as emendas.

Em razão disso, a Presidência entendeu convocar para às 15h de hoje sessão do Congresso, julgando que até lá o parecer esteja pronto para distribuição. Desde já, convoco os Srs. Senadores e Deputados para que estejam presentes a essa sessão convocada para às 15h.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 14 minutos.)

Ata da 7ª Sessão Conjunta, em 23 de julho de 1992

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Alfredo Campos — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Antonio Mariz — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos De'Carli — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Darcy Ribeiro — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — João Calmon — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Paulo Bisol — José Sarney — Julio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; João Fagundes — PMDB; Júlio Cabral — Bloco; Marcelo Luz — PTR; Rubem Bento — Bloco.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Lourival Freitas — PT; Valdenor Guedes — PTR.

Pará

Alacid Nunes — Bloco; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Giovanni Queiroz — PDT; Hilário Coimbra — PTB; Osvaldo Melo — PDS.

Amazonas

Beth Azize — PDT; Euler Ribeiro — PMDB.

Rondônia

Carlos Camurça — PTR; Edison Fidélis — PTB; Maurício Calixto — Bloco; Nobel Moura — PTR; Pascoal Moraes — Bloco; Reditário Cassol — PTR.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Francisco Diógenes — PDS; João Maia — Bloco; Mauri Sérgio — PMDB; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Hagahús Araújo — PMDB; Freire Júnior — Bloco; Melquíades Neto — PDC; Osvaldo Reis — PTR.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PTR; Daniel Silva — PDS; João Rodolfo — PDS; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; Pedro Novais — PDC.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio dos Santos — Bloco; Ariosto Holanda — PSB; Carlos Virgílio — PDS; Etevaldo Nogueira — Bloco; Gonzaga Mota — PMDB; José Linhares — PSDB; Marco Penaforte — PSDB; Maria Luiza Fontenele — PSB; Moroni Torgan — PSDB; Orlando Bezerra — Bloco; Pinheiro Landim — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

Piauí

Ciro Nogueira — Bloco; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — Bloco; João Henrique — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Mussa Demes — Bloco; Paes Landim — Bloco.

Rio Grande do Norte

Flávio Rocha — PL.

Paraíba

Adauto Pereira — Bloco; Efraim Moraes — Bloco; Evaldo Gonçalves — Bloco; Francisco Evangelista — PDT; Ivandro Cunha Lima — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; José Maranhão — PMDB; Lúcia Braga — PDT; Rivaldo Medeiros — Bloco; Robson Paulino — PMDB.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Gilson Machado — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Moura — Bloco; José Múcio Monteiro — Bloco; Luiz

Piauíhyllino – PSB; Mavíael Cavalcanti – Bloco; Miguel Arraes – PSB; Pedro Corrêa – Bloco; Renildo Calheiros – PC do B; Ricardo Heráclio – Bloco; Roberto Franca – PSB; Roberto Freire – PPS; Roberto Magalhães – Bloco; Wilson Campos – PMDB.

Alagoas

Augusto Farias – Bloco; Cleto Falcão – Bloco; José Thomaz Nonô – PMDB; Luiz Dantas – Bloco; Olavo Calheiros – PMDB; Vitorio Malta – PDS.

Sergipe

Benedito de Figueiredo – Bloco; Cleonânicio Fonseca – Bloco; Djenal Gonçalves – PDS; Everaldo de Oliveira – Bloco; Jerônimo Reis – Bloco; José Teles – PDS; Messias Góis – Bloco; Pedro Valadares – PST.

Bahia

Aroldo Cedraz – Bloco; Benito Gama – Bloco; Beraldo Boaventura – PDT; Clóvis Assis – PDT; Félix Mendonça – PTB; Geddel Vieira Lima – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Jairo Azi – PDC; Jairo Carneiro – Bloco; João Almeida – PMDB; João Alves – PDS; Jonival Lucas – PDC; José Falcão – Bloco; José Lourenço – PDS; Leur Lomanto – Bloco; Luiz Moreira – PTB; Manoel Castro – Bloco; Ribeiro Tavares – PL; Sérgio Brito – PDC; Sérgio Gaudenzi – PDT; Tourinho Dantas – Bloco; Uldurico Pinto – PSB; Waldir Pires – PDT.

Minas Gerais

Agostinho Valente – PT; Aracely de Paula – Bloco; Armando Costa – PMDB; Camilo Machado – Bloco; Elias Murad – PSDB; Fernando Diniz – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Humberto Souto – Bloco; Israel Pinheiro – PRS; João Rosa – Bloco; José Aldo – PRS; José Belato – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Santana de Vasconcelos – Bloco; José Ulisses de Oliveira – PRS; Lael Varella – Bloco; Neif Jabur – PMDB; Odelmo Leão – Bloco; Paulo Romano – Bloco; Romel Anísio – Bloco; Samir Tannús – PDC; Sandra Starling – PT; Sérgio Naya – PMDB; Tilden Santiago – PT; Vittorio Medioli – PSDB; Wagner do Nascimento – Bloco.

Espírito Santo

João Baptista Motta – PSDB; Nilton Baiano – PMDB; Rita Camata – PMDB.

Rio de Janeiro

Artur da Távola – PSDB; Carlos Alberto Campista – PDT; Cidinha Campos – PDT; Flávio Palmier da Veiga – Bloco; Jair Bolsonaro – PDC; Junot Abi-Ramia – PDT; Lysáneas Maciel – PDT; Miro Teixeira – PDT; Roberto Campos – PDS; Sérgio Arouca – PPS; Simão Sessim – Bloco; Vladimir Palmeira – PT.

São Paulo

Alberto Addad – PTR; Aldo Rebelo – PC do B; Beto Mansur – PDT; Cardoso Alves – PTB; Cunha Bueno – PDS; Diogo Nomura – PL; Eduardo Jorge – PT; Ernesto Gradel-la – PT; Gastone Righi – PTB; Hélio Rosas – PMDB; José Genofino – PT; Jurandyr Paixão – PMDB; Koyu Iha – PSDB; Marcelo Barbieri – PMDB; Osvaldo Stecca – PMDB; Roberto Rollemberg – PMDB; Robson Tuma – PL; Tadashi Kuri-ki – Bloco; Ulysses Guimarães – PMDB; Walter Nory – PMDB.

Mato Grosso

João Teixeira – PL; Jonas Pinheiro – Bloco; Rodrigues Palma – PTB; Wellington Fagundes – PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS; Benedito Domingos – PTR; Chico Vigilante – PT; Eurides Brito – PTR; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco.

Goiás

Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Faleiros – PSDB; Délio Braz – Bloco; João Natal – PMDB; Lázaro Barbosa – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Maria Valadão – PDS; Mauro Borges – PDC; Paulo Mandarino – PDC; Pedro Abrão – PTR; Ronaldo Caiado – Bloco; Virmondos Cruvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – Bloco; Flávio Derzi – Bloco; José Elias – PTB; Nelson Trad – PTB; Waldir Guerra – Bloco.

Paraná

Abelardo Lupion – Bloco; Antônio Barbara – Bloco; Basílio Villani – PDS; Carlos Scarpelini – PST; Delcino Tavares – PST; Edi Siliprandi – PDT; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Flávio Arns – PSDB; Ivânio Guerra – Bloco; Joni Varisco – PMDB; Luiz Carlos Hauly – PST; Munhoz da Rocha – PSDB; Otto Cunha – Bloco; Renato Johnsson – Bloco; Romero Filho – PST; Rubens Bueno – PSDB; Saíd Ferreira – PMDB.

Santa Catarina

Ângela Amin – PDS; Eduardo Moreira – PMDB; Hugo Biehl – PDS; Nelson Morro – Bloco; Neuto de Conto – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Vasco Furlan – PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PDS; Aldo Pinto – PDT; Amaury Müller – PDT; Arno Magarinos – Bloco; Carlos Azambuja – PDS; Celso Bernardi – PDS; Eden Pedroso – PDT; Fernando Carrion – PDS; Fetter Júnior – PDS; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PDS; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Proença – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Raul Pont – PT; Telmo Kirst – PDS; Victor Faccioni – PDS; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 260 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Antes de conceder a palavra aos oradores inscritos, a Presidência dirige um apelo a todos os Srs. Deputados e Senadores para que demandem imediatamente ao plenário, porque logo mais, após o término do período de Breves Comunicações, que será rigorosamente de trinta minutos, iniciaremos a apreciação da Ordem do Dia, com votação de matéria já do pleno conhecimento dos Srs. Congressistas.

A Presidência esclarece que a Comissão Mista presidida pelo Sr. Senador Francisco Rollemberg, de que é Relator o nobre Deputado Nelson Jobim, concluiu a apreciação das emendas que foram apresentadas ao projeto de resolução da lei delegada.

Os Srs. Parlamentares podem procurar a Secretaria-Geral e receber o parecer às emendas da lavra do Sr. Senador Nelson Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Benedito de Figueiredo.

O SR. BENEDITO DE FIGUEIREDO (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Nação assiste com estupefação o desenrolar da crise nacional, com denúncias que envolvem o Presidente Collor. A crise, antes de tudo, é moral, independentemente de se esquadrihar por artifícios jurídicos ou sofismas a participação ou não do Presidente nos lamentáveis episódios que se sucedem e são apurados pela CPI. Crise de caráter. Crise de honestidade.

Embora não tenha votado no Presidente nem no primeiro, nem no segundo turno das eleições presidenciais, sinto-me como qualquer um dos milhões de brasileiros: traído, ultrajado, envergonhado. A Nação não merecia isso.

A diferença entre mim e os milhões de brasileiros indignados é que, mercê de Deus e do povo sergipano, sou um dentre os 503 Parlamentares que compõem a Câmara dos Deputados. O dilema está em que o partido ao qual estou filiado, o PFL — não por pensamento ou idéias, mas por injunções políticas no meu Estado, Sergipe —, escancaradamente apóia o Presidente Collor. Aqui no Parlamento Nacional, através de posicionamentos, discursos e, acima de tudo, nas votações, sempre me posicionei de forma independente. Por lealdade aos amigos do PFL de Sergipe — e aproveito para reconhecer o carinho com que sempre me trataram — ao longo desses 17 meses de atividade parlamentar, não cogitei de me desvincular do partido, esperando mesmo por uma reformulação partidária nacional que me indicasse o melhor caminho. Agora não posso mais aguardar. Para mim chega e basta. Continuar no PFL seria, no mínimo, mesmo que numericamente, compactuar no apoio ao Presidente Collor.

Por estas razões, resolvo sair, desligando-me do PFL para permanecer sem partido, amasurecendo para o futuro a decisão de pertencer a outra agremiação partidária. Prefiro, se for o caso, amanhã ficar sem mandato, se esse for o julgamento que haverão mais tarde de fazer os eleitores sergipanos. Um político como eu pode até ter perdido a fé nas idéias que o nortearam na juventude, mas não pode perder de vista os ideais de vida, calcados em valores morais. Continuo sendo, como já disse no primeiro discurso que fiz na vida pública e repeti em pronunciamento da tribuna desta Casa, apenas “um combatente solitário de uma causa quase eterna do homem. Acredito ter como bandeira, se não o sonho perfeito, a melhor das utopias possíveis”.

Submeto esta minha atitude, serenamente, ao povo sergipano, artífice e participante do meu mandato popular. Agradeço, por último, aos que conviveram comigo no PFL a nível nacional e, de modo especial, em Sergipe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Vigilante.

Antes da presença do ilustre representante do PT na tribuna, a Presidência convoca os Srs. Congressistas para que venham imediatamente ao plenário, porque, exatamente às 15h55min, iniciaremos a apreciação da Ordem do Dia.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornal **O Globo** de hoje, no alto da sua primeira página, traz a seguinte manchete: “Fantasma do PC pagou carro de Collor”.

Há pouco, eu e Parlamentares de vários partidos conversávamos sobre o aperfeiçoamento a que chegou o instinto perverso da sociedade. Tenho lido a respeito do processo dos mafiosos, das grandes quadrilhas internacionais e das pequenas quadrilhas de bairros, de pontas de ruas e as brigas que ocorrem na hora de dividir aquilo que eles roubam.

Esta chamada “quadrilha do Sr. PC Farias” resolveu inovar. Para não ter briga na divisão daquele dinheiro público que eles estavam roubando da Nação brasileira, resolveram criar um monte de fantasmas, como José Bonfim e outros, mas todos eram a mesma pessoa. Ora o Paulo César e, em outros momentos, o Comandante Bandeira. E agora, segundo o jornal **O Globo** tenho que dar credibilidade à notícia, principalmente porque o Governo não a desmentiu ainda, e parece-me que não tem como desmentir — um dos carros do Presidente da República foi pago com um cheque desse esquema PC Farias.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, qualquer entidade sindical, qualquer associação de moradores, qualquer clube de várzea que tomasse conhecimento, através de um jornal, de que o presidente de sua entidade representativa estaria portando algum bem comprado com cheque ilícito ou com dinheiro adquirido de maneira desonesta teria convocado uma assembleia e destituído o elemento da sua direção.

É inaceitável que o homem que preside a Nação brasileira, que possui, segundo um jornal da credibilidade de **O Globo**, um carro comprado com dinheiro adquirido de maneira desonesta, esteja na Espanha dizendo que está representando o Brasil e os brasileiros.

Quero deixar claro que esse Presidente não me representa na Espanha, que esse Presidente não representa os homens de bem desta Nação. Esse homem deve representar o PC Farias e alguns ladrões deste País, mas não está representando a Nação brasileira.

Agora se tem comentado muito também que os cheques são fantasmas. É um erro! Os cheques não são fantasmas, os cheques são bons; tanto são bons que foram compensados, foram pagos. Fantasma é essa coisa que nasceu da transação entre Fernando Collor e PC Farias, que gerou esses filhotes chamados fantasmas. Inverteu-se toda a ordem, até mesmo do ser humano e dos animais: dois homens geraram esse monstro chamado fantasma. Isso que é fantasma. Os cheques são bons porque tinham fundos e foram compensados.

É preciso que o Presidente da República seja responsabilizado por isso e seja afastado imediatamente do comando dos destinos da Nação. Mas é preciso também que todos os envolvidos sejam colocados na cadeia. E mais, que esses bancos que aceitaram essas transações fraudulentas tenham cassadas as suas cartas patentes, porque qualquer trabalhador ou qualquer dona de casa que trabalhe de maneira honesta e vá a um banco abrir uma conta, se ganhar salário mínimo, não consegue abri-la. Dependendo do salário, mesmo que a pessoa tenha conta, não tem direito a talão de cheque. Entretanto, essa quadrilha tem direito a talão de cheque,

tem direito a conta fantasma, tem direito a tudo! E ainda ficam falando em quebra de sigilo bancário. Afinal de contas, o sigilo bancário é para encobrir a roubalheira, encobrir quadrilhas, encobrir ladrões? Creio que não, Sr. Presidente. O sigilo bancário deve servir para coisas honestas, sérias e responsáveis, e não para esse tipo de operação ilícita que a imprensa hoje tem denunciado.

Quero concluir, dizendo que nem eu nem o meu partido vamos dar delegação a um Presidente que compra carro com cheque furtado, com cheque fantasma, com cheque de dinheiro adquirido ilicitamente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Antes de conceder a palavra à nobre Deputada Sandra Starling, a Presidência volta a insistir no apelo já transmitido aos Srs. Congressistas; no sentido de que demandem imediatamente ao plenário, pois exatamente às 15h55min será iniciada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à Deputada e Líder Sandra Starling.

A SRA. SANDRA STARLING (PT — MG. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, faço minhas as palavras do nobre Deputado Chico Vigilante, ao comentar essa aberração da natureza que é a criação, em nosso País, que já tem 150 milhões de habitantes a serem alimentados, a terem emprego e casa, de uma série de fantasmas, constituídos a partir dessa conjugação entre Collor de Mello e Paulo César Farias.

Mas venho hoje fazer alguns comentários sobre o último e mais longo bilhete do Sr. Presidente da República, que tem como título “subsídios” e pretensamente vem trazer uma proposta de ajuste fiscal; que, na realidade, como falei ontem desta tribuna, contém uma ampla reforma da Constituição brasileira.

Quero centrar-me nas questões relativas às universidades públicas, contidas — volto a dizer — nessa mais longo bilhete passado pelo Presidente Collor e enviado a este Congresso Nacional. Esse bilhete, na parte que diz respeito à universidade, mostra que o Presidente Collor, ao contrário do que prega, não tem nenhum compromisso com a chamada modernidade, no exato significado desse termo. Por quê? Porque hoje, modernamente, todas as sociedades buscam desenvolver a sua consciência crítica, os seus recursos humanos, para que possam efetivamente ingressar na terceira revolução industrial, que se deve, sobretudo, ao desenvolvimento da pesquisa, do ensino, da tecnologia, etc.

Pois bem, nesse bilhete, Collor de Mello aponta na direção da completa destruição da universidade pública no Brasil e pretende fazer isso, primeiramente, suprimindo a vinculação da dotação orçamentária para fins de ensino no Brasil. Diz S. Ex^a que a União continuará sendo responsável pelo ensino de 3º grau, ao mesmo tempo em que acaba com a vinculação da dotação orçamentária para esse fim. Mais do que isso: embarca na velha canoa furada da criação de um tipo de entidade especial de administração indireta, quando, na realidade, o que está pretendendo é a privatização da universidade brasileira. Ainda demonstra, nesse item sobre a universidade, o que pretende fazer com o pessoal docente: não asseguram para os professores do 3º grau aquelas garantias que a Constituição de 1988, trouxe, como plano de carreira, habilitação por concurso público, enfim, uma série de garantias necessárias para que se possa efetivamente ensinar as novas gerações brasileiras.

Finalmente, Sr. Presidente, como um confeito acrescentado ao bolo, acaba com aquela absurda proibição contida no texto original da vedação da participação de estrangeiros no ensino, na pesquisa e também nos trabalhos de extensão no Brasil. Mas isto é apenas um confeito. Na realidade, ao abrir as portas para os professores estrangeiros, fecha as para os professores deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao penúltimo orador inscrito, Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, tantas são as críticas feitas desta tribuna — e de muitas tenho, inclusive, participado — que a impressão que se tem é que tudo neste País é negativo. Não, também não é assim. Temos muitos fatos positivos. E, se temos que vir a esta tribuna tantas e tantas vezes para fazer críticas, às vezes temos de vir aqui para exaltar o que há de positivo.

Venho aqui para uma destas manifestações em torno de uma questão das mais relevantes e positivas do nosso País. Refiro-me, nobre Deputado Chico Vigilante, ao trabalho diuturno e constante do colono e do motorista. São tão obreiros quanto os trabalhadores e os empresários das fábricas nas cidades.

Daqui a dois dias, no dia 25 de julho, iremos comemorar a data do colono e do motorista.

A data do colono evoca a chegada ao Brasil da primeira leva de imigrantes alemães em 25 de julho de 1824. Cinquenta anos depois, vieram os ancestrais do Deputado Gastone Righi e de tantos outros, ou imigrantes italianos e poloneses.

O dia 25 de julho, Sr. Presidente, também é o dia de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas e, por isso, nobres Deputados Hugo Biehl e Osvaldo Bender, se exalta a figura do motorista e do caminhoneiro. Mesclam-se o colono e o motorista. Um gera riquezas e o outro as transporta. Por isso a exaltação, enquanto espero que o Governo repense suas políticas de combate à recessão, à inflação e à corrupção para a retomada do desenvolvimento econômico e considere da maior valia a necessidade de maior apoio e incentivo ao trabalho, não apenas do colono, mas do agricultor, do produtor primário, do caminhoneiro, do transportador, para que uns possam continuar produzindo alimentos para o Brasil e outros possam continuar a transportar máquinas, equipamentos necessários ao trabalho do colono e tantos outros bens necessários à vida nacional.

Deixo o registro e a exaltação, rogando a V. Ex^a que dê por lidas, como parte integrante deste pronunciamento, as demais considerações que teço a respeito do trabalho árduo e da expectativa de todos nós com relação à política do Governo, não só no que diz respeito a vida do País como um todo, mas, em particular, no que se refere à tarefa, à missão sobremaneira nobre e dignificante do colono e do motorista. (Palmas.)

PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o dia 25 de julho de 1824 assinala a chegada da primeira leva de imigrantes alemães, colonos que vieram para o Rio Grande do Sul, para São Leopoldo, no Vale dos Sinos, e aí plantaram a semente de uma nova civilização.

Cinquenta anos após, chegavam os imigrantes italianos e poloneses na região da Serra e outras regiões do Estado. Foram se miscigenando em novas raças, novas mesclas para formação de um novo Rio Grande. Numa inusitada mistura com o sangue dos índios e dos escravos negros africanos, dos espanhóis e tantos outros, iniciou-se um caldeamento de raças que resultou na formação de uma brava gente, brasileira por excelência — diria mais, são brasileiros por opção, que dão valiosa contribuição ao desenvolvimento nacional.

Os descendentes dos colonos alemães, italianos, poloneses e tantos outros, de 1824 e 1874, hoje são encontrados em todo o Brasil, promovendo a colonização de novas áreas, lançando novas sementes, desbravando um novo Brasil, o Norte, o Nordeste, o Centro, o Centro-Oeste. A presença dos colonos de ontem — os brasileiros de hoje — constitui uma nova afirmação do nosso sentimento de brasilidade.

Em homenagem a esses colonos imigrantes desbravadores, comemora-se no dia 25 de julho de cada ano o Dia do Colono. Também é o dia de São Cristóvão, padroeiro do motorista. Motorista e colono — quantos escreveram a epopeia heróica e quantos integraram esse hercúleo esforço maior por um Brasil melhor. Quantos dos motoristas de hoje aqui chegaram como colonos ou são seus descendentes. Uma das primeiras alternativas de trabalho para os filhos dos colonos foi ser motorista, caminhoneiro. Por isso, municípios do interior do Rio Grande, como São Marcos, Antonio Prado e tantos outros, transformaram-se em capitais dos caminhoneiros.

Hoje, o agricultor descendente do colono de ontem, tanto como o motorista, enfrenta dificuldades novas e desafios diferentes daqueles enfrentados por aqueles que os antecederam. Se antes o motorista não encontrava estradas, ou, quando as encontravam, eram estradas mal iniciadas, hoje encontra pouca carga para transportar, em meio à recessão, aos fretes depreciados, às rodovias esburacadas. Ameaça de assalto e falta de segurança na estrada constituem um atentado permanente a esses desbravadores. Do trabalho dos colonos de ontem aos agricultores de hoje, muitos deles — a maioria — em áreas de minifúndio, o Brasil consegue alimentos para o consumo interno e para exportação. A falta de preços mínimos e de mercado garantido, ou de um sistema de estímulos e financiamento, de uma política de subsídios à agricultura, como, de resto existe no mundo, tudo isso faz do agricultor, cada vez mais um herói. Se, nas fábricas, o trabalhador tem um horário diário, semanal, férias, feriados, na agricultura o colono nada disso tem. Não tem horário, não tem fim de semana, não tem férias, não tem feriado, porque a atividade agrícola, notadamente na área da colônia, é permanente, constante, no trato do gado leiteiro ou na alimentação das aves. Em tantas outras atividades afins, a presença do colono é exigida diuturnamente, permanentemente.

Por isso, rendamos aqui a esses desbravadores, ao colono e a seus descendentes, aos agricultores de ontem e de hoje, àqueles que produzem alimentos para o Brasil, nossa mais sentida homenagem. Homenagem que também prestamos aos motoristas, caminhoneiros de todos os recantos da Pátria, que transportam as riquezas do Brasil, alimentos para a mesa do trabalhador e também implementos agrícolas, máquinas e equipamentos, aparelhos eletrodomésticos, enfim, o conforto para o lar.

Junto com a nossa homenagem, o apelo aos governantes para que cuidem melhor da política agrícola, da política social, da política rodoviária, da segurança nas estradas, enfim, da reabertura do mercado brasileiro, do combate à inflação, à

recessão, à corrupção, para a retomada de perspectivas para o nosso Brasil, o que vale dizer para todos os brasileiros.

O Sr. José Thomaz Nonô — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PMDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esclareço a V. Exª que estou regularmente inscrito para falar e aguardo minha vez disciplinadamente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado José Thomaz Nonô, estão inscritos V. Exª e mais seis Srs. Senadores, cujas inscrições antecedem a de V. Exª. E à Mesa chegam advertências de eminentes colegas desta Casa, no sentido de que, exaurida a primeira meia hora, destinada ao período de Breves Comunicações, iniciemos imediatamente a Ordem do Dia, porque neste plenário há vários Congressistas que desejam ainda hoje retornar às suas bases, para aqui regressarem na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o Deputado Pinheiro Landim.

O SR. PINHEIRO LANDIM (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, venho à tribuna para fazer uma denúncia muito séria. Em Fortaleza, na madrugada de ontem, 18 pessoas foram presas. Sabem qual o crime que estas pessoas cometeram? Sabem quem são essas pessoas? Sabem o que lhes aconteceu, além da prisão?

Srªs e Srs. Congressistas, essas pessoas são jovens estudantes, profissionais liberais, cidadãos, militantes do PMDB, que, ordeira e pacificamente, faziam divulgação, através de colagens, do nosso candidato à Prefeitura da Capital cearense, Antônio Cambraia. Essas pessoas, além da prisão, foram barbaramente espancadas e, na mais absurda humilhação, foram exibidas ao público, numa rede de televisão que pertence ao candidato do PSDB à Prefeitura de Fortaleza, o empreiteiro Assis Machado.

Vejam bem, Srªs e Srs. Congressistas, a campanha eleitoral está se iniciando, e já presenciamos cenas assim. Em Fortaleza, como, de resto, em todo o País, todos os candidatos têm as suas equipes de apoio, seus simpatizantes, que, presumo, têm a liberdade de divulgar os seus candidatos dentro do que a lei permite. Em Fortaleza, no entanto, essa liberdade está sendo desrespeitada, quando se trata dos oponentes ao candidato do PSDB, quando se trata de candidatura que se opõe ao esquema do Governo do Estado.

A Polícia Militar, que deveria proteger o cidadão, não tem permitido a livre manifestação dos candidatos do PMDB, Antônio Cambraia, e do PDT, o ex-Deputado Lúcio Alcântara. No entanto, Srªs e Srs. Congressistas, nenhum ato repressivo foi registrado até hoje às manifestações da candidatura do PSDB.

Por que esta discriminação? A serviço de quem está a Polícia? Dos cidadãos que pagam impostos? Ou do candidato do Governador? E por que a Polícia Militar, nestes episódios bárbaros, se faz acompanhar de uma equipe de televisão que pertence ao candidato do PSDB? Qual o interesse nisso da Polícia Militar do Estado do Ceará?

Srªs e Srs. Congressistas, o candidato do PMDB à Prefeitura de Fortaleza, segundo as pesquisas, tem registrado um

crescimento na preferência da população. Será este o motivo do desespero do candidato do PSDB, do Governo do Estado, do grupo Tucano, que deseja fazer da eleição municipal a credencial para a candidatura do Sr. Tasso Jereissati à Presidência da República?

Este é o fator preocupante, Sr.^s e Srs. Congressistas, porque a tendência do nosso candidato é crescer mais e mais; porque sua candidatura está respaldada no trabalho sério do Prefeito Juraci Magalhães, que, como prova de sua competência e serenidade, recebe 94% de aprovação do povo de Fortaleza.

Se o desespero já detona atos de violência dessa natureza, onde vamos chegar, Srs. Congressistas? A Polícia tem um papel mais nobre a cumprir que o de perseguir cidadãos que fazem oposição a um governo; aliás, a Polícia Militar não é guarda pessoal de nenhum Governador, muito menos de um seu candidato. Ontem mesmo, em Fortaleza, um grupo de marginais assaltou uma agência do Banco Bamerindus, no coração da Aldeota, bairro nobre de Fortaleza. E onde estava a Polícia Militar? Perseguindo os militantes do PMDB.

Não podemos aceitar essa inversão, Srs. Congressistas. Como disse, a campanha está começando. É preciso que se mantenha a serenidade. O PMDB não aceitará provocações, partir de onde partirem. O PMDB tem propostas a apresentar à população. E quem tem propostas, quem tem trabalho, quem tem competência não parte para a agressão.

Ao exibir, na "Televisão Jangadeiro", de propriedade do candidato a Prefeito pelo PSDB, os militantes do PMDB presos por pura arbitrariedade da Polícia Militar do Estado do Ceará, o candidato Assis Machado se colocou contra a vontade da população de Fortaleza.

Eram estas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agostinho Valente, o penúltimo orador inscrito.

O SR. AGOSTINHO VALENTE (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Deputados, quando o Deputado Chico Vigilante veio à tribuna e abriu as três ou quatro primeiras páginas do jornal *O Globo*, esbarrou nos títulos dos artigos que radiografam o estilo inaugurado pelo Sr. Paulo César Farias de se aproveitar do dinheiro público.

Os jornais estão chamando essas pessoas que não existem de fantasmas, e naturalmente o Deputado Chico Vigilante tem razão em mostrar como isso funciona.

Gostaria também de fazer algumas reflexões para entendermos o fato a que a Nação, neste momento — estarecida, obviamente — assiste. Algumas pessoas põem as mãos, não as próprias, no dinheiro público — usam as mãos de pessoas que não existem, no estilo inaugurado por esse grupo que aí está.

Essas pobres secretárias, que ficaram em segundo ou terceiro lugar nessa relação por onde passa a responsabilidade, nada mais são do que fantasmas, como os jornais as denominam. Parece até que se inspiraram naquele filme "Ghost, o outro lado da vida". Quem assistiu ao filme lembra-se muito bem da viúva que vai a Nova Iorque procurar descobrir quem é o assassino do seu marido. Para tanto, busca poderes sobrenaturais, e, num passe de mágica — porque tudo cabe no cinema, e o filme, diga-se de passagem, é muito bem feito —, o marido passa a dar-lhe assessoria para que ela possa chegar até os culpados.

Há aí uma certa ironia, porque dessa maneira também a CPI e o Congresso Nacional vão chegando aos fantasmas

e aos criminosos do "Collorgate". A mentira acabou mostrando que tem pernas curtas. Estão alguns a dizer que foi tudo uma péssima obra de amadores, e foi mesmo. Mas o que se esconde atrás desses fantasmas é, no fundo, além da ladroagem, a usura. Agora fica fácil entender porque o irmão do Presidente fez aquelas denúncias publicamente, ou porque o Coronel Curió, saindo dos porões da ditadura e da tortura, vem denunciar, vem dizer que também cometeu um ilícito. A lógica do fantasma agora fica mais clara. Talvez quisessem fazer o Pedro Collor virar fantasma ou tirá-lo de uma grande relação. Por motivos íntimos, Pedro Collor decidiu denunciar o que estava ocorrendo.

Não quero aqui fazer nenhum juízo da razão pela qual o meio-fantasma Pedro Collor fez as denúncias. A verdade é que, com fantasmas, não se tem de repartir o produto do roubo. O fantasma não aparece, a não ser em sessão mediúnica, em filmes e em histórias. Mas agora, depois da investigação feita a fundo pela CPI — e a imprensa prestou grande colaboração — fica bem claro que o que existe não são fantasmas, mas, sim, responsáveis.

Deputado Chico Vigilante, a sua observação foi bem clara: a quadrilha não é grande. Algumas pessoas praticaram crime de responsabilidade ou crime comum. Não adianta ficarmos criticando a CPI, dizendo que ela está fazendo o papel de delegacia de polícia ou está fazendo uma condenação prévia.

A propósito, um Deputado, todas as vezes que vem à tribuna, diz que estamos prejudgando o Presidente da República. Não é isso. Estamos buscando a verdade dos fatos. Acredito que, se houver o pedido de **impeachment**, com base na Lei nº 1.079, aí, sim, se fará a correta denúncia. Há acusações suficientes para que o Congresso Nacional faça o julgamento. É preciso esclarecer que o que está ocorrendo na CPI não é por vontade do PMDB, do PFL ou do PT. A investigação coloca os fatos sobre a mesa. O juízo, obviamente, caberá a esta Casa. Nada mais.

É preciso entender bem isso, para que Deputados não venham à tribuna dizer que estamos perseguindo o Presidente da República. Não se trata de perseguição, mas, sim, de apuração de atos ilícitos. E não se pode deixar à frente da Presidência da República quem quer que seja que pratique atos ilícitos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência volta a solicitar aos Srs. Congressistas que venham ao plenário, porque daremos início à Ordem do Dia dentro de 5 minutos, durante os quais o nobre Deputado Uldurico Pinto nos brindará com mais um pronunciamento seu.

O SR. ULDURICO PINTO (PSB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, no dia 21 deste mês, em Teixeira de Freitas, houve uma grande explosão, provavelmente de uma bomba de fabricação caseira, na Rádio Caraípe FM e Difusora AM e na sede do jornal *Aqui Sul Bahia*.

Sr. Presidente, esse possível atentado assustou a comunidade pacífica de Teixeira de Freitas.

Já denunciemos os fatos às autoridades estaduais e federais e solicitamos providências no sentido de que apurem rigorosamente quem são os seus autores e quem são os interessados nesse atentado. Não foi ferido apenas o vigia Antônio Gomes da Silva. Também foram feridos os direitos democráticos, a democracia, a liberdade de imprensa do povo daquela

terra, pois não pode expressar-se, dizer o que quer e para onde vai.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, agora, desta tribuna, denunciamos à Nação esse atentado às liberdades democráticas do nosso povo. Trata-se de um ato covarde e criminoso, que atinge frontalmente a liberdade de imprensa.

Também quero aproveitar a oportunidade para dizer que faz quinze meses que o jornalista Ivan Rocha foi assassinado naquela cidade, com suspeita de ter sido torturado. É uma comen. oração triste, lamentável.

E mais lamentável é verificarmos que continuam ocorrendo fatos como este em nosso País. Estamos vivendo uma época terrível. A Nação está assustada com tantas denúncias que ameaçam perturbar as instituições democráticas.

Desta tribuna faço um apelo à Casa e ao País, para que sejam apurados, o mais urgente possível, esses fatos que foram denunciados ao Sinjoba, à Fenaj e às entidades que defendem os direitos humanos e a liberdade de imprensa.

Aguardamos as providências cabíveis. Esta Casa merece uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o nobre Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna extremamente preocupado com o rumo que estão tomando as denúncias neste País. Todos os órgãos da imprensa trazem as atrocidades de políticos e empresários da primeira à última página, denúncias de todo tipo, contra tudo e contra todos.

Em nome da verdade, em nome da decência, em nome da gratidão e do reconhecimento faço este pronunciamento.

É dever de quem detém um mandato defender todos aqueles que contribuem com a Pátria. É sabido que existem os maus empresários, como também os bons. É sabido que existem os maus políticos, como também os bons. Entre eles existe uma distância considerável, e, em função desta distância, devemos ter também um tratamento diferenciado.

Cheguei a esta Casa sem auxílio de qualquer político, sequer de um prefeito, mas meus 28.752 votos me credenciam, com muito orgulho, a levar a denominação de político, e espero daqui sair mantendo esta denominação com letra maiúscula.

Da mesma forma, sou empresário, e me orgulho de ter lutado sempre pelo meu direito e de nunca ter sido condenado em ação trabalhista.

Esta Casa é o espelho da sociedade brasileira. Temos políticos de todos os segmentos, raças e credos; e respeito cada um individualmente, pois a todos foram conferidos, nas urnas, credenciais de representatividade popular.

Fico chocado ao ver Congressistas trazerem para a tribuna preconceitos de qualquer natureza. E me chocou profundamente, no dia 15 de julho de 1992, o fato de o ilustre Deputado Paulo Ramos levantar suspeitas sobre a idoneidade do Senador Henrique Almeida. Seu sucesso incomoda muita gente, mas é S. Ex^a merecedor de todo o respeito. De origem pobre, no correr de 30 longos anos, trabalhou arduamente, junto com seu irmão Cecílio, e contribuiu com importantes obras para o País: construiu o Maracanã, a Ferrovia Carajás, a Usina São Simão, a Ferrovia Central do Paraná, o Canal Pereira Barreto, a Barragem Ibirama, estradas como a BR-364, Cuiabá — Porto Velho, Rio — Santos, Via Leste, Belém — Brasília, que melhoraram a vida de milhões de brasileiros.

Este e outros empresários de coragem, lutaram durante suas vidas para terem o reconhecimento dos seus concidadãos, não podem ser comparados aos que fizeram fortunas fáceis, achacando as pessoas e vendendo facilidades, como algumas de que temos tomado conhecimento.

Não é pecado ser rico nem ter sucesso na difícil competitividade empresarial, como também não é pecado ter notoriedade e sucesso por lances brilhantes nesta Casa.

Aos empresários e políticos não é vedado ter sucesso, apenas é aélico alcançá-lo usando como trampolim seus pares.

Por isso, meu companheiro e brilhante Deputado Paulo Ramos, V. Ex^a não precisa atacar a idoneidade do Senador Henrique Almeida. Atuando como Presidente de CPI, tenho a certeza de que S. Ex^a não macularia seu passado de honradez, nem a confiança de seus correligionários, nem a Casa a que pertence para proteger quem quer que seja. Construir a maior empresa do setor, passar governos e governos sofrendo até perseguições políticas e nunca terem sido levantados fatos que o desabonassem já são atributos suficientes para que o Senador seja merecedor do nosso respeito e da nossa admiração, modelo para aqueles que, como eu, acham que a Lei de Gerson não vai prevalecer para sempre.

Dito isto, gostaria de apelar para o nobre Deputado Paulo Ramos no sentido de que reconsidere suas palavras e, com toda sua grandeza, reconheça que se excedeu no seu pronunciamento do último dia 15, a fim de corrigir uma grande injustiça e corresponder ao respeito que nutro por V. Ex^a

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Thomaz Nonô.

A Presidência pede aos Srs. Deputados e Senadores que venham ao plenário imediatamente, para que possamos iniciar a apreciação da Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PMDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, peço permissão, principalmente aos meus companheiros do PMDB, para dissentir do entendimento relativo ao objeto da Mensagem nº 47, de 1992.

Manifesto minha admiração pelo nobre Deputado Nelson Jobim, que houve por bem esculpir, de forma correta, o Projeto de Resolução nº 2 que, sem dúvida alguma, supre vícios formais inerentes à mensagem original. Mas me permito citar textualmente o **caput** do art. 68 e seu § 3º da Constituição Federal, que prevê:

“Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.”

Agora, a ênfase ao § 3º:

“§ 3º Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.”

Sou sabedor de que na Comissão própria foi oferecida emenda que propõe a apreciação, pelo Congresso Nacional, da lei que eventualmente for decretada pelo Presidente da República. Entendo que o desejo legítimo de o Congresso Nacional apreciar esta matéria legal encontra abrigo e amparo claro e explícito no § 3º do art. 68 supracitado.

Agrego a isso o julgamento de natureza eminentemente política: por que o Congresso deveria abrir mão de prerrogativa de apreciar integralmente ato do Presidente da Repú-

blica? Indago: que receio tem o Executivo dessa atitude, posto que aos Congressistas será vedada a apresentação de quaisquer emendas?

No fundo, o que se quer, ao não se submeter ao exame do Congresso a lei decretada pelo Presidente, é tão-somente abdicar daquilo que tecnicamente chamáramos, em processo de outra natureza; de vista. É darmos um cheque em branco ao Presidente da República.

Não vou falar do Sr. Presidente, até porque já o faço há muitos anos. Durante tanto tempo fui seu crítico solitário, mas hoje vejo toda a sociedade brasileira fazer coro às nossas críticas sobre a conduta moral e política de S. Ex^a. Não é sobre isso que discorrerei hoje, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mas sobre o fato de que a população brasileira não poderá entender que deleguemos ao Presidente, exatamente no momento em que S. Ex^a é contestado por toda a sociedade brasileira, a faculdade de legislar sobre salários da forma que melhor lhe aprover. Alguns companheiros parlamentares mais experientes disseram-me: "Não, vamos livrar-nos desse abacaxi". Por que o Congresso tem que examinar esse "abacaxi" e sofrer as pressões das outras categorias dos servidores civis ou de quem mais vier nessa esteira?"

Sr. Presidente, o meu caminho de parlamentar, principalmente desde a instalação do governo Collor, foi um caminho de "abacaxis", de obstáculos e agora não perderei a oportunidade de descascar mais um. Não me vejo com poderes para delegar matéria tão relevante a um Presidente desacreditado, posto em xeque, sem credibilidade. Espero que o Congresso Nacional também não dê a S. Ex^a um crédito que, por todos os títulos, ele jamais foi capaz de merecer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência reitera aos Srs. Senadores e Deputados pedido para que venham ao plenário, a fim de se dar início agora, depois do discurso da Deputada Maria Luíza Fontenele, à apreciação da Ordem do Dia. A Deputada Maria Luíza Fontenele anunciou que utilizaria apenas dois minutos do tempo que lhe é regimentalmente destinado. Por isso, a Presidência concede a palavra a S. Ex^a, louvada na máxima do Evangelho de que os últimos serão os primeiros.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE (PSB — CE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os minutos são poucos para darmos uma grande notícia, mas quando o conteúdo é importante não importa o tempo de que dispomos para divulgá-la. Trata-se de uma iniciativa que se registrou no Ceará e em outros Estados brasileiros. No Ceará ela teve uma conotação inusitada, o que revela o espírito guerreiro e batalhador do povo cearense.

Os trabalhadores sem terra, cansados de levar seus pleitos ao Incra, apresentaram um abaixo-assinado inicialmente solicitando o afastamento do Superintendente do Incra do Ceará, por tratar-se de pessoa totalmente insensível ao problema do homem sem terra.

Anteontem, os trabalhadores sem terra de várias áreas do sertão central saíram de Madalena e chegaram a Fortaleza, onde ocuparam o prédio da Superintendência do Incra naquela Capital.

O dado novo, Sr. Presidente, é que aqueles trabalhadores resolveram eleger um novo Superintendente. Trata-se do trabalhador rural conhecido por Pinto. Há a disposição dos trabalhadores de permanecer na sede do Incra até que sejam resolvidas questões como a desapropriação imediata das áreas ocupadas. Uma reivindicação que complementa esta é a de que

não haja parcelamento das áreas desapropriadas, porque isso levaria novamente à incorporação da pequena propriedade ao latifúndio. Não é esse o interesse do trabalhador sem terra, mas a exploração coletiva da terra que lhe dê condições de produzir e sustentar suas famílias.

Juridicamente esse pleito já foi atendido através de ação impetrada pelo Escritório de Advocacia pela Cidadania, que tem à frente o ex-Deputado Estadual João Alfredo, para desapropriação da Fazenda Califórnia. No Ceará, a justiça já deu ganho de causa aos trabalhadores.

Sr. Presidente, esse exemplo de coragem, tenacidade e inovação do povo cearense deveria ser seguido por todos os brasileiros, para que as mesmas medidas sejam adotadas em relação ao Presidente da República. Quando aquele que é eleito não satisfaz aos interesses de seus eleitores, deve ser substituído por quem o povo quer.

Aproveito-me ainda da tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente, para proceder a breve registro.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, avizinha-se a realização da IX Conferência Nacional de Saúde. Se o Governo não recuar mais uma vez, a conferência se realizará aqui, na Universidade de Brasília, de 9 a 14 de agosto próximo.

A Conferência Nacional de Saúde, juntamente com os Conselhos de Saúde, é uma das maiores conquistas do movimento social que luta por melhores condições de saúde e pela democratização do sistema de saúde no Brasil.

Por ocasião da VIII Conferência, em 1986, no clima de euforia que presidia o início da redemocratização do País e particularmente no contexto do Plano Cruzado, ficaram estabelecidas as bases que iriam informar as reformas no campo da saúde e, conseqüentemente, os preceitos que deveriam ser inscritos na nova Constituição.

A Constituição de 1988 foi promulgada com a incorporação, na essência, da doutrina que se defendia:

- conceito amplo de saúde, como expressão da organização social e econômica;

- direito universal e igualitário às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde;

- dever do Estado quanto a assegurar o gozo desse direito;

- reconhecimento das ações de saúde como de relevância pública;

- reorganização do sistema de saúde em torno da idéia de Sistema Único de Saúde e das diretrizes de integração, descentralização e participação;

- papel central do setor público, com complementariedade do setor privado, sob as regras do contrato de direito público;

- proibição do comércio de órgãos, tecidos, sangue e derivados; e

- inclusão de saúde do trabalhador no campo do SUS, entre outros.

Após muita negociação, conseguiu-se a aprovação da Lei Orgânica da Saúde, já no quadro deste Governo, a qual, embora com muitas insuficiências, dá as bases para a reorganização do sistema, definindo os novos papéis institucionais e as atribuições das três esferas de Governo, assim como os mecanismos para o exercício do controle social: as conferências e os conselhos de saúde.

Ocorre que, apesar da conquista dos instrumentos legais fundamentais, o que se tem observado é uma dramática deterioração dos serviços de saúde e um flagrante descumprimento da lei pelo Governo Federal, que continua a enfeixar em

suas mãos o poder absoluto e discricionário de distribuir recursos, quando isso já deveria estar sendo feito de forma automática e regular, sem a intermediação política.

Os motivos são óbvios: ainda impunes, mas não esquecidos, estão os atos de abuso e corrupção praticados na gestão do Ministro Alcení Guerra.

Isso sem nos determos na questão global do financiamento do setor, comprometido pelo fluxo de caixa entre Tesouro, Previdência e Saúde e pelos desvios de finalidades já identificados e agora ameaçado por uma reforma fiscal absurda e que, se aprovada, implodirá o conceito de Seguridade Social e inviabilizará a saúde.

É este mesmo Governo que, amedrontado pelos debates municipais e estaduais preparatórios da IX Conferência Nacional de Saúde, adiou várias vezes a sua realização.

Hoje, o Ministro Jatene se compromete a realizá-la.

É necessário, no entanto, que estejamos todos atentos a que sua realização não constitua apenas uma satisfação formal à lei, mas que cumpra efetivamente o seu papel de definir prioridades e os rumos da política nacional de saúde.

Para isso é necessário que toda a sociedade se mobilize e participe dos debates da conferência, garantindo que a mesma não seja um instrumento de manipulação do Governo, mas um efetivo espaço conquistado por todos.

A IX Conferência deve refletir as atuais aspirações do povo brasileiro quanto à saúde e ao sistema de saúde que lhe convém. E, tenho certeza, assim poderemos acumular forças e discutir estratégias para enfrentar as propostas imorais de privatização que nos tentam impingir junto com os perversos acordos econômicos internacionais.

Todos, pois, à IX Conferência Nacional de Saúde, na defesa da reforma sanitária, do Sistema Único de Saúde, da municipalização e contra a privatização da Seguridade Social e as políticas neoliberais do Governo!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressistas Evaldo Gonçalves.

O SR. EVALDO GONÇALVES (Bloco — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, tenho sido reticente com relação à poesia, dadas as naturais limitações de entender suas regras. Jamais enveredei por seus caminhos. Por antecipação, dei-me sempre por vencido. Ainda me aventurei na prosa e, vejam, com muita cerimônia e indisfarçável dificuldade.

Todavia, admiro os poetas e rendo-lhes as melhores homenagens. São todos eles, pertençam a que escola pertencerem, uns privilegiados da inteligência e naturais instrumentos dos céus na interpretação dos sentimentos humanos. Os gênios são super-homens e os poetas são todos gênios. Daí as dimensões que freqüentam, inacessíveis aos pobres mortais, dentre os quais me incluo. Tento acompanhá-los nas suas cavalgadas transcendentais. No máximo, só consigo redobrar a admiração e realimentar minha invencível ânsia de entender-lhes melhor nas suas poéticas e superiores manifestações de vida.

Não tenho de que me queixar, se a mim ainda é dado o ensejo da convivência, mesmo que em patamares diferentes. Eles, os poetas, lá em cima; eu, em plano inferior, a aplaudi-los e admirá-los. Já é muito para um "pobre marquês".

Todo esse intróito, Sr. Presidente, de gosto duvidoso, é para registrar um fato importante para a Paraíba, sobretudo para a sua cultura. Sinto-me como se não me fossem permitidos o direito e o privilégio desse registro. Estou aquém, muito distante mesmo, do parâmetro cultural mínimo estabe-

lecido para proeza de tanta magnitude: registrar os oitenta anos da publicação do "Eu", de Augusto dos Anjos, o Poeta Maior da Paraíba e um dos maiores do País. É missão por demais honrosa e dignificadora.

É Augusto dos Anjos um marco da nossa poesia. Impriu um tal vigor intelectual às suas obras literárias, reunidas no livro "Eu e outras poesias", que ninguém o excedeu, nem conseguiu imitá-lo, sequer. Tomando por empréstimo a expressão do mestre Ascendino Leite: foi Augusto dos Anjos um "euista" insuperável. Pior, dando à expressão, com toda a sua carga natural de egoísmo e auto-estima exacerbados, uma concepção paradoxal: da autodestruição e de que "era pó, era esterquínio", como ficou gravado no seu "Poema Negro". Foi um "euista" às avessas, a procurar nele próprio somente as "dores do mundo", não obstante, por outro lado, ter sido um espiritualista consumado, na medida em que se revelava um místico e um transcendental ao dizer que "é a potencialidade que me eleva ao Grande Deus e absorve em cada viagem minha alma, este sombrio personagem do drama panteístico da treva!". Ainda, em outra manifestação, afirmou: "e vêm-me, com um desprezo de tudo isso, uma vontade absurda de ser Cristo para sacrificar-me pelos homens".

Bem, Sr. Presidente, estou indo além dos limites, reconheço. A pretensão é só a do registro do acontecimento histórico da publicação do "Eu", de Augusto dos Anjos. Para tecer outras considerações, judiciosas e pertinentes, sobre a poesia de Augusto dos Anjos, ninguém mais autorizada do que a Prof.^a Aurora Oliveira, competente e experimentada pesquisadora da obra do Poeta Maior.

Por isso, Sr. Presidente, peço a transcrição, na íntegra, de seu trabalho intitulado "Um Poeta Apocalíptico", publicado no jornal *Correio da Paraíba*, edição da última terça-feira, dia 14 de junho.

TRABALHOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

"Sol brasileiro! Queima-me os destroços!" — Augusto dos Anjos

"Deus haja na sua mansão de eleitos tão formoso e iluminado espírito que a Paraíba não soube agripar com o seu carinho maternal" — José Américo de Almeida

Ninguém mais que Augusto dos Anjos teve a espontaneidade de enfrentar a realidade última e primeiramente revelada do "Pulvis es et in pulverem reverteris" (Gênesis, 3, 19); a verdade do ser nada (até que se encontre Deus).

"Vi que era pó, vi que era esterquínio!" "Poema Negro", 3). Impressionante, esta análise, no mesmo "Poema Negro", estrofe três:

"A passagem dos séculos me assombra.

Para onde irá correndo minha sombra.

Nosso cavalo de eletricidade?!

Caminho, e a mim pergunto, na vertigem:

— Quem sou? Para onde vou? Qual minha origem?

E parece-me um sonho a realidade."

Ao manusear o "Eu", sente-se como a debulhar a alma em contrição, como a desvendar um segredo até então oculto, ou a espicaçar as cordas da ternura. E um despertar de simpatia. E um evoluir de solidariedade.

Em Pau D'Arco, produz o soneto que seria memorizado e passaria de boca em boca; tinha Augusto 17 anos, era adolescente, portanto. Note-se:

*Vês?! Ninguém assistiu ao formidável
Enterro de tua última quimera.
O beijo, amigo, é a véspera do escarro
A mão que afaga é a mesma que apedreja
Se alguém causa inda pena a tua chaga,
Apedreja essa mão vil que te afaga,
Escarra nossa boca que te beija!*

Versos íntimos

Eis um grito altissonante contra a ingratidão! Somente um jovem amadurecido, observador, de acuidade profunda, perceberia a sutileza hostil e a dor cruel da ingratidão.

Quem não encontrará, no coração do poeta, ardente amor e singular sensibilidade? E extravasar de frustração e nostalgia? Percebe-se nestes versos, uma preocupação adolescente e íntima:

*"Uma vez um poeta, um tresloucado
Apaixonou-se de uma virgem bela;
Vivia alegre o vate apaixonado,
Louco vivia, enamorado dela.
Mas a Pátria chamou-o. Era soldado.*

Partiu coração amargurado.

*E voltou, mas a fronte aureolada,
Ao chegar, pendeu triste e desmaiada,
No sepulcro da loura virgem bela."*

O soneto "Mágoas", que data dos 15 anos, assim conclui: *"Hoje ou carrego a cruz de minhas dores!"*

Em "O Condenado":

"O mundo é um sepulcro de tristeza."

E noutro soneto, declina:

*"E como a luz do sol vai-se apagando
Eu ou, triste, triste pela vida afora
Eterno pagueiro caminhando."*

É impressionante a avalanche de conceitos doloridos e magoados, enquanto minguem idéias como esta:

*"Chegara enfim o dia desejado
Ambos unidos, soluçara um beijo,
Era o supremo beijo de noivado!"*

Mas, ainda assim, coloca a seguir, a expressão de um ato que concluíra frustrado. Cortou o senso apoteótico do afeto: Pressentia, em tudo, a condição de fugacidade. Sem se chocar.

Aos 16 anos, Augusto publica ou escreve o soneto "Amor e Religião", no qual descreve:

*"... um desses santos
Sacerdotes da Fé de crença pura,
Da sua fala na eternal doçura
Falava o coração. Quantos, oh! quantos
Ouviram dele frases de candura
Que de infelizes enxugavam prantos
Corações sem prazer e sem ventura!"*

Ocorre, mais uma vez, o desenlace, o santo homem não consegue, como tantos conseguiram, sobreviver, apesar ou mesmo com a experiência do amor.

Há o transcendental em Augusto. Há o místico em Augusto, ainda que sejam chispas místicas. Veja-se, pois, os seguintes sonetos ou poemas: "Ao Luar", "Apocalipse", "Canto de Onipotência", "Solilóquio", "O Meu Nirvana", "Queixas Noturnas", 6, "Cismas do Destino", 33.

E recorde-se estes versos:

*"Ouço o universo ansioso que se agita
Dentro de cada pensamento humano."*

Em "Noite de Um Visionário", note-se:

*"É a potencialidade que me eleva...
ao grande Deus e absorve em cada viagem
minha alma, este sombrio personagem
do drama pateístico da treva!"*

Revoltava-se em face do materialismo brutal do dia a dia:

*Barulho de mandíbulas e abdômen!
E vem-me, com um desprezo de tudo isto,
Uma vontade absurda de ser Cristo,
para sacrificar-me pelos homens."*

E em vários momentos, percebia que uma Razão Suprema realizava a união de todos os seres, como se num abraço imenso estreitasse todas as coisas; era um anelo de transcendência: veja-se:

*"Fico a pensar no espírito disperso
Que, unindo a pedra ao Gneiss e a árvore à criança
Como um anel enorme de aliança,
Une todas as coisas do universo!"*

Augusto dos Anjos foi um espiritualista que escreveu versos materialistas; acreditava em Deus, pois teve esmerada educação religiosa, conservava o hábito das orações e da frequência aos templos religiosos. Na sua poética, vinte e duas vezes, pelo menos, coloca o nome Deus; em invocação, várias, sempre respeitosamente. Usou, quinze vezes, o vocábulo Céu, formando um elo de três termos: Natureza/Morte/Céu — denotando senso místico, sobrenatural, conforme o vocábulo vem a sugerir.

Note-se essa colocação: "Se fosses Deus, no dia do Juízo", ou esta: "Seria a mão de Deus?! Mas Deus enfim/É bom, é justo", denotando indubitavelmente a consciência da Divindade incorporada na personalidade. Não desconhecia as revelações de Deus, nem Sua Onipotência, nem Sua Onipresença.

Sentiu como o grande Paulo (Oh, morte, onde está o teu agulhão?), ou, onde está a tua vitória? a repulsa natural e, quase sempre, inconfessada, de todos os homens!

É toda uma dimensão de trabalho corajosa e ousada:

*"Morte, ponto final da última cena,
Forma difusa da matéria imbele,
Minha filosofia te repele,
Meu raciocínio te condena!"*

"In As Cismas do Destino", II, 30

No significativo soneto "O Fim das Coisas", o autor realça:

*"Em vão! Contra o poder criador do Sonho
O Fim das Coisas mostra-se medonho
Como desaguadouro atro de um rio...
E quando, ao cabo do último milênio,
A humanidade vai pesar seu gênio
Encontra o mundo, que ele encheu, vazio!"*

"Milênio", "Dia do Juízo", "Bondade de Deus", "Justiça de Deus", "Grandeza de Deus", "Fim das Coisas", são conceitos apocalípticos, da Revelação de Cristo, conceitos estes que impregnam também a poemática anjosiana.

Em arroubos, a consciência universal lhe resplandecia e exclamava:

*"Via Deus — essa monada esquisita,
Coordenando e animando tudo aquilo!"* (grifo nosso)

Augusto dos Anjos quando publicou o "Eu", compunha-se de quarenta e três sonetos decassílabos e dezesseis poemas vários.

Foram acrescentadas, posteriormente, "Outras Poesias", em número de quarenta e três sonetos e outras cinco composições.

Enfim, "Poemas Escolhidos" veio, esta terceira parte, compor o único livro "Eu", que transparece múltiplo, dado a densidade imensurável que propõe à análise e à expectativa do público leitor.

Estes cento e quarenta e cinco blocos literários, distribuídos em mil e setenta e oito estrofes, compreendem quatro mil, trezentos e quinze versos, dos quais, quatro mil e oitenta e dois são decassílabos.

Tem sido o "Eu" dissecado em todos os sentidos, nos aspectos literários mais variados: a cromática (como obsessão), os epítetos (como características), a sinestesia, as repetições, as expressões geométricas, o uso dos numerais, das maiúsculas, os substantivos (animais, aves e árvores) e outras classes gramaticais, as licenças poéticas, os estrangeirismos, os nomes próprios, o volume dos vocábulos, e outros detalhes estilísticos. Sem se deixar passar o denominado Artesanato. E aí se levanta um outro gigante, e diseca a métrica, a rima, o estilo e extrai insetos na juba do leão.

Os sete mais extensos poemas assim se ordenam: "Os Doentes", com 430 versos; "As Cismas do Destino", com 420 versos; "Monólogo de uma Sombra" com 186 versos; "Gemidos e Arte", com 168 versos; "A Meretriz", com 144 versos; "Viagem de Um Vencido" com 128 versos e "Poema Negro" com 120 versos. Dois outros poemas têm mais de cem versos: "Tristeza de Um Quarto Minguante" e "Idealizações", ambos com 104 versos.

"Lamento das Coisas" é uma das mais belas criações do poeta, é um exemplo de perfeição métrica e andamento impecável. A cadência empresta à composição uma sonoridade peculiar, singular.

Outros grandes sonetos: "Cantos de Onipotência", "Apocalipse", "Eterna Mágoa", "Ao Luar", "Anseios". Os dois primeiros foram considerados criações maravilhosas.

"Monólogo de uma Sombra" constitui como que o programa poético do autor, compreendendo três temas: a arte, fonte única de sua alegria, talvez; o pessimismo essencial; e a inerteza materialista e dúvida científica.

"Numa Forja" é considerado por um pesquisador, como dos maiores e mais estranhos poemas do "Eu" sobrelevando-se pela originalidade da inspiração, pelas perspectivas desvendadas. Poesia autêntica, magia de transvisão. E um filho do poeta viu em "Numa Forja" a intuição da era atômica. Leia-se os três últimos versos da primeira estrofe, toda a segunda estrofe, a quinta estrofe e na sexta estrofe estes versos:

*"Era a revelação
De tudo que ainda dorme
No metal bruto ou na geleia informe
Do parto primitivo da Criação!"*

Em "Revelação", assegura-se encontrar uma antecipação genial à teoria do fundador da Psicanálise, quanto à interpretação dos sonhos. Apenas alguns versos:

*"No abstrato abismo equívoco, em que inundo,
Sou eu que, revolvendo o ego profundo
E a escuridão dos cérebros medonhos,
Restituo triunfalmente à esfera calma
Todos os cosmos que circulam na alma
Sob a forma embriológica de sonhos!"*

Estes constituem as terceira e quarta estrofes da primeira parte, leia-se, porém, os equivalentes, na segunda parte.

"Idealismo" é um canto de elevação do amor, isento de materialidades, e um grito à solidariedade. Em "Último Credo", em face do realismo palpável, e conscientização do transcendente, confessa a esperança no homem do futuro. "É o transcendentalíssimo mistério!"

Disse: "É a potencialidade que me eleva/ao grande Deus, e absorve em cada viagem/Minh'alma..."

Escreveu à sua progenitora, a 29 de setembro de 1914: "aceito hoje em filosofia o finalismo otimista de Sócrates...: tudo quanto sucede é unicamente para o bem". Como poderia ter dito: "Sabemos que todas as causas cooperam para o bem..." (Paulo aos Romanos, 8,28).

Nada de disteleológico em sua poemática, singular, total e simples, tanto quanto o que emana sobre o homem, do Gênesis ao Apocalipse.

Ou se se quiser, Simplex Sigillum Veri.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Otto Cunha.

O SR. OTTO CUNHA (Bloco — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o sistema previdenciário brasileiro está acometido de sérios males, a começar da sua própria estrutura orgânica, hoje considerada arcaica e sem condições sequer de assegurar meios de autodefesa contra o renitente processo de irregularidades e fraudes que têm dilapidado seu patrimônio ao longo dos anos. Também a inadimplência dos entes coobrigados ao compromisso legal do recolhimento pontual das obrigações devidas por patrões e empregados concorre para ampliar o rombo existente no orçamento da instituição. Em valores corrigidos em 1º de abril deste ano, as seiscentas maiores empresas que não quitaram seus débitos previdenciários para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) somavam um passivo de 2 trilhões, 352 bilhões e 540 milhões de cruzeiros. Na época, desatendendo a solicitação da Inspeção Geral do INSS, o Tribunal de Contas da União divulgou a listagem das maiores devedoras, dentre as quais figuram entidades públicas, como a Rede Ferroviária Federal, a Fundação de Saúde e Serviço Social do Estado de Alagoas, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, o Governo do Território Federal — hoje Estado — do Amapá, inúmeras prefeituras e fundações. Curiosamente, no elenco dos devedores para com a Previdência Social, o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul — o IPERGS, com um débito superior a 7 bilhões de cruzeiros, o que dá uma idéia de como anda a imprevidência não administrada pela União.

Por determinação daquela corte, as empresas devedoras foram classificadas em quatro categorias: órgãos públicos federais, estaduais, municipais e empresas privadas.

Aos caloteiros oficiais o critério se constituiu num autêntico prêmio: 240 meses para o resgate, ou exatos 20 anos, com desconto de até 30% para os estados e municípios que parcelarem o pagamento em até 80 meses. Aos que dividirem em até 120 meses, ou 10 anos, o abatimento será de 20%; em 180 meses, o desconto será de 10% e, finalmente, 5% para o parcelamento em 240 meses sobre o total da dívida registrada até 1º de setembro de 1991.

Para o levantamento das dívidas será considerado o valor original, atualizado pelos índices oficiais utilizados pela Seguridade Social para a correção dos seus créditos e convertidos até o dia 2 de janeiro deste ano em quantidade diária de UFIR (Unidade Fiscal de Referência). Sobre os valores convertidos incidirão juros de mora de 1% ao mês e cada parcela

não poderá ser inferior a 150 UFIR, ou simplesmente 150 mil cruzeiros, se o débito fosse pago quando a unidade valia Cr\$964,39.

Não há uma estimativa exata sobre o débito real dos estados e municípios. Nas hipóteses levantadas, o valor da sonegação do setor público andaria em torno de 13 trilhões de cruzeiros, ou apenas 2 trilhões a mais do que o rombo oficialmente anunciado, caso o Governo tivesse de pagar o reajuste dos 147% aos aposentados e pensionistas.

Ora, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, se o Estado pode prodigalizar benesses ao próprio Estado, não pode se esquecer de que ele representa a síntese social dentro da qual se incluem as empresas privadas que, de uma forma ou de outra, devendo ou não, concorrem na formação da riqueza econômica da Nação.

Sob essa ótica e com o fito de oferecer um instrumento capaz de solucionar o grave impasse, estamos encaminhando projeto de lei que assegura ao setor privado, também, condições de resgatar parceladamente sua dívida para com a Previdência Social. Sem a prodigalidade que as empresas públicas ganharam, mas dentro de parcimônia com que deve ser tratado o dinheiro do contribuinte, especialmente do assalariado. Estabelecemos o prazo máximo de cinco anos para a liquidação dos débitos acumulados até 31 de julho de 1992, devendo a empresa devedora manifestar, através de requerimento ao INSS, sua disposição em pagar a partir de 60 dias após a publicação da lei. Não haverá a benesse dos descontos, mas o acréscimo ético de juros e correção monetária. Caso contrário, estaríamos punindo aqueles que pagam pontualmente suas obrigações e constituem o grande esteio onde a instituição recolhe seus recursos.

Acredito que esta Casa, onde ultimamente o debate dos problemas previdenciários tem despertado a melhor atenção, não negará apoio a uma iniciativa tendente a solucionar, de vez, a questão da inadimplência já crônica dentro do sistema. Será uma saída que favorecerá os cofres da instituição e aliviará as empresas do fardo incômodo de uma dívida de caráter marcadamente social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Freire Júnior.

O SR. FREIRE JÚNIOR (Bloco — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Governo Federal está encaminhando a esta Casa, para votação do Congresso Nacional, proposta que promove ampla reforma no Sistema Tributário Nacional. E como todos nós sabemos, a matéria deve ser aprovada ainda neste exercício de 1992, sob pena de não poder ser aplicada no próximo exercício. Portanto, de antemão, apelamos para o bom senso de todos os colegas desta Casa, pois é de comprovada necessidade essa reforma tributária a nós submetida.

Sem nos ater a minúcias e peculiaridades, Sr. Presidente, queremos fazer alguns comentários sobre o projeto, considerando algumas particularidades que devem ser observadas no nosso trabalho de apreciação da matéria, como, por exemplo, o acerto da redução do número de impostos a serem pagos pelo contribuinte, hoje comprovadamente sobrecarregado de taxas e impostos.

É tão grande o número de tributos direta ou indiretamente pagos pelo cidadão brasileiro, que atualmente chega a 58, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, somando-se os federais, estaduais e municipais. Então, nada mais natural

que, da sua parte, o Governo Federal promover as necessárias reformulações, que naturalmente serão seguidas de medidas idênticas nas áreas estadual e municipal.

Tem-se falado muito no fim da aposentadoria por tempo de serviço, mas deve-se atentar para um detalhe, Sr. Presidente: o projeto não acaba com essa modalidade de aposentadoria, e sim reformula a sistemática de contagem do tempo, pois os 35 anos de serviço permanecem como condição básica para aposentadoria. A diferença do que existe atualmente é apenas quanto à idade do aposentado, pois este só poderá assumir a condição de inativo aos 65 anos de idade.

Ouvem-se muitas críticas a essa nova modalidade de aposentadoria constante da proposta do Governo, porém existe um ponto a ser considerado em seu favor, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, que é o tempo de serviço a ser prestado pelo empregado. Em alguns casos, inegavelmente esse tempo pode continuar a ser de 35 anos. Afinal, algumas tarefas realmente exigem muito de quem as pratica. No entanto, existem serviços que comprovadamente não esgotam a capacidade do praticante após 35 anos de atividade.

É importante ressaltar que quando a atual legislação relativa à aposentadoria foi formulada, a vida média do brasileiro não ultrapassava os 55 anos. Hoje, essa medição já chega aos 65 anos de idade. Então, é natural que se prolongue a idade do trabalhador para se aposentar. Devemos, no máximo, promover emendas de modo a adequar esse tempo.

Em resumo, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o projeto do Governo tem a sua razão de ser, em todos os aspectos, e reconhecemos que alguns pontos merecem ser reformulados. Mas insistimos em que todos nós, não só os Deputados mas também os Senadores, devemos dar o nosso comparecimento efetivo e a nossa contribuição para aprovação da matéria até o final desta sessão legislativa de 1992.

Permitam-me ainda, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, tecer algumas outras considerações sobre o assunto, reconhecidamente de grande importância para o País.

Procura o Governo, entendendo-se com as lideranças parlamentares, propiciar-lhes um conhecimento mais acurado da pretendida reforma tributária, tanto na forma de distribuição do produto fiscal entre as unidades federadas como na essência, que se configura na pretensão de mais justa distribuição dos ônus tributários, segundo a capacidade contributiva de cada um.

Registre-se que a partir da Constituição de 1967 houve maior centralização fiscal, em prejuízo evidente dos Estados e Municípios, reduzidos em sua autonomia em questão do seu peculiar interesse, como o da arrecadação tributária.

A situação se agravou a partir do AI-5, quando os Estados e Municípios viram reduzida de 20% para 12% sua participação no Imposto de Renda, recuperada essa diferença no Governo Geisel, enquanto o Gen. Figueiredo elevava as alíquotas do ICM de 14% para 17%.

Promulgada a Constituição em vigor, subiu para 47% a participação no Imposto de Renda para 57% a respectiva quota no IPI, eliminados os Impostos sobre Combustíveis e Lubrificantes, Energia Elétrica e Mineração, substituídos pelo ICMS, de competência estadual, passando os Municípios a participar da arrecadação do Imposto de Renda.

Descentralizados vários tributos, não ocorreu o mesmo com nenhum encargo, resultando no empobrecimento financeiro da União, que também responde pelos crescentes encargos da Previdência Social.

Esses dados indicam uma reformulação. É certo que a inflação também decorre de gastos públicos, mas é impossível à União atender a muitos deles sem emitir.

Torna-se, pois, plenamente defensável a iniciativa do Executivo, colocando o problema à discussão do Congresso Nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 1992-CN, que delega ao Poder Executivo poderes para legislar sobre revisão e instituição de gratificações de atividade dos servidores do Poder Executivo, civis e militares, com o fim específico de assegurar a isonomia do § 1º do art. 39 da Constituição Federal.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada ontem, às 15 horas.

Ao projeto foram apresentadas 21 emendas.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 20, de 1992-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo, incorporando o texto das Emendas nºs 4, 6, 8, 14 e 18, e pela rejeição das demais.

O Sr. Chico Vigilante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece-me que não há **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Chico Vigilante, V. Exª certamente assistirá, dentro de alguns instantes, a um fluxo maior de Parlamentares neste plenário. No momento próprio, se V. Exª permanecer informado, poderá utilizar o Regimento e requerer a verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vai-se processar a leitura de requerimento pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 82, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, adiamento da votação do projeto de resolução que delega poderes ao Executivo para assegurar a aplicação da isonomia salarial.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1992. — **Sandra Starling**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A nobre Líder do PT, Deputada Sandra Starling, requer o adiamento da votação do projeto de resolução que delega poderes ao Executivo para assegurar a aplicação da isonomia salarial. Adiantou por 48 horas, que é o prazo máximo.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o adiamento por 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em razão do adiamento agora aprovado, a Presidência convoca sessão do Congresso Nacional para terça-feira, às 18h30min, com a mesma Ordem do Dia da sessão de hoje, mais projetos de créditos suplementares enviados pelo Poder Executivo e sobre a constituição do Conselho de Comunicação Social.

Também convoco sessão extraordinária do Senado Federal para hoje, às 17h30min.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos.)